

## A ENUNCIÇÃO ENUNCIADA: REFLEXÕES SOBRE O DIÁLOGO ENTRE LINGUÍSTICA DO TEXTO E SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO

Aparecida Lino Pauliukonis<sup>1</sup>

Beatriz dos Santos Feres<sup>2</sup>

Lúcia Helena M. Gouvêa<sup>3</sup>

Patricia Neves Ribeiro<sup>4</sup>

Rosane Santos Monnerat<sup>5</sup>

**Resumo:** A discussão proposta neste artigo centraliza-se na noção de “enunciação enunciada”, isto é, parte da pressuposição de que a materialidade textual é produzida sob influência tanto do contexto linguístico-discursivo partilhado entre os interagentes, quanto da situação social mais específica em que se engendra a comunicação. Essa noção, explorada pela Teoria Semiolingüística do Discurso, ecoa em diversos parâmetros também defendidos pela Linguística Textual, sobretudo no que concerne à concepção de *texto* como produção discursiva, operada por sujeitos sociais, cuja forma é regida pela intencionalidade desses sujeitos. Levando-se em conta a relação forma-sentido, analisam-se as operações enunciativas – a partir de um *corpus* de textos do gênero “meme” – atinentes a procedimentos descritivos, narrativos e argumentativos, que possibilitam a transposição do *sentido de língua* para o *sentido de discurso*. Considera-se, igualmente, o duplo processo de semiotização do mundo, o qual consiste em transformar *um mundo a significar em um mundo significado* e em fazer desse mundo significado um objeto de troca entre os sujeitos, regidos por um contrato de comunicação. Tais operações – de transformação e de transação – não se restringem aos processos de organização da superfície textual, mas se estendem aos mecanismos de implicação e de produção de variados efeitos de sentido, relacionados ao imaginário sociodiscursivo compartilhado. O processamento da “enunciação enunciada” é demonstrado na análise de três memes extraídos das redes sociais.

**Palavras-chave:** Enunciação enunciada. Semiotização do mundo. Operações enunciativas. Efeitos de sentido.

**Abstract:** The discussion proposed in this article focuses on the notion of “enunciated enunciation”, that is, it starts from the assumption that textual materiality is produced under the influence of both the linguistic-discursive context shared by the interacting agents, as well as of the more specific social situation in which communication is engendered. This notion, explored by Semiolinguistic Theory of Discourse, echoes in several parameters also defended by Textual Linguistic, especially on what concerns the conception of text as discursive production – operated by social individuals –, whose form is governed by the intentionality of these individuals. From the form-sense relationship, we analyse the enunciative operations – from a *corpus* of texts of the genre “meme” –, related to descriptive, narrative and argumentative procedures, that allow the transposition of *sense of language* to *sense of discourse*. It is also considered the double process of semiotization of the world, which consists not only in transforming *a world to signify into a meaningful world*, but also in making this world an object of exchange between the individuals, governed by a communication contract.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. aparecidalino@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. beatrizferes@id.uff.br

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lhluar@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. patricianeves@id.uff.br

<sup>5</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rosanemonnerat@id.uff.br

Such operations – of transformation and of transaction – are not restricted to the organization processes of textual surface, but extended to the mechanisms of implicit processes and of the production of varied sense effects, related to shared sociodiscursive imaginary. The processing of “enunciated enunciation” is demonstrated in the analysis of three “memes” extracted from social networks.

**Keywords:** Enunciated enunciation. Semiotization of the world. Enunciative operations. Sense effects.

## Introdução

A questão principal discutida neste artigo centraliza-se no conceito de *enunciação enunciada* e parte do pressuposto de que toda materialidade linguística expressa pelos diversos gêneros textuais é determinada pelo contexto sócio-discursivo partilhado pelos inter-agentes e pela situação psico-sócio-histórica em que se engendra o ato de comunicação. Isso significa também dizer que as questões pertinentes ao discurso perpassam por um tratamento interdisciplinar e que o emprego das categorias linguísticas deve ser visto como resultado de práticas sociais relacionadas às condições do ato de enunciação e aos jogos de manipulação de linguagem nas trocas operadas por entidades subjetivas.

Dessa forma, há de se ressaltar que, nos atuais estudos de texto, não se considera essencial a separação entre texto e discurso, antes ambos devem ser tratados como complementares, pois, no dizer de Jean Michel Adam (2008), embora a Linguística do Texto e a Análise do Discurso tenham surgido e se desenvolvido de forma autônoma, atualmente novas bases tornam possível articular uma LTXT desvincilhada das gramáticas textuais e uma AD emancipada da corrente francesa. É possível postular, segundo o Autor, “uma complementaridade das tarefas da LTXT e da AD, definindo-se a primeira como um subdomínio mais vasto das práticas discursivas” (idem, *ibidem* p. 43).

Neste espaço, portanto, o texto será visto como discurso, numa interface entre os postulados básicos da Teoria Semiollingüística do Discurso (CHARAUDEAU, 2008) e certos parâmetros defendidos pela LTXT, sobretudo, no que concerne à enunciação. Há um jogo complexo entre as determinações textuais que regem os encadeamentos de proposições que constituem o Texto – objeto da LTXT – e as “regulações” que as situações interativas impõem aos enunciados – objeto da AD. Dessa forma, a concepção de texto como produção discursiva encontra eco nas duas abordagens, razão pela qual elas serão objeto de reflexão neste artigo.

A partir da relação forma/sentido, proposta pela Semiollingüística, analisam-se o papel das entidades subjetivas e as operações enunciativas que possibilitam a transposição do sentido

de língua para o de discurso. Considera-se o duplo processo de semiotização do “mundo real” – transformação e transação – que permite transmutá-lo para um “mundo significado” ou discursivo; este é tido como “objeto de troca” entre os sujeitos, cujas ações encontram-se regidas por um “contrato” comunicativo. Busca-se analisar a noção de enunciação enunciada, a partir de exemplos de um *corpus* formado por memes. Espera-se demonstrar, pelas análises, que as abordagens da Linguística Textual e da Análise do Discurso dialogam entre si, quando buscam ver o texto como uma convergência de vários fatores linguísticos e contextuais.

Veja-se, a seguir, o conceito de enunciação e sua pertinência ao tema aqui tratado.

### **Que é enunciação?**

A enunciação, no sentido amplo, é o processo por meio do qual o sujeito falante *encena o seu dizer* – no sentido teatral do termo –, e isso se faz em função de diversos fatores a serem levados em consideração: a *situação de comunicação* em que os sujeitos se encontram e à qual se submetem e, nesse caso, envolve todo o entorno contextual; a *imagem* que o Eu faz de seu interlocutor para calcular os efeitos que quer nele produzir e a imagem (*ethos*) que projeta de si mesmo pelo próprio discurso; há ainda o *universo de saber* que presume compartilhar com seu interlocutor e o que pretende construir a partir desse universo.

Não se deve, porém, confundir situação de comunicação ou o dispositivo comunicacional com a situação de enunciação. A situação de comunicação fornece instruções ao sujeito falante de como se comportar linguisticamente e corresponde, de modo geral, ao aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste (1966). A situação de enunciação é o resultado da forma como o sujeito utiliza essas informações para colocá-las em cena, o que vai produzir efeitos de sentido dela decorrentes. Isso constitui o modo enunciativo de organização do discurso, proposto por Charaudeau (2008).

Para ilustrar o processo, pense-se em uma situação de comunicação, por meio de textos jornalísticos noticiosos, em que predomine um modo imparcial de organizar o discurso. Os gêneros notícia e reportagem objetivam focalizar os fatos em si mesmos, relatar de forma isenta e, para tanto, perseguem o ideal de neutralidade e de objetividade, para garantir maior credibilidade ao fato narrado; por isso, evitam-se os processos avaliativos, que caracterizam a presença de uma instância subjetiva. Por outro lado, sabe-se que qualquer discurso não pode prescindir da figura do enunciador, o que torna o conceito da imparcialidade um “mito”, e tal processo pode ser comprovado pela presença de inúmeros índices de subjetividade que “denunciam” o enunciador em textos cuja enunciação busca passar a impressão de

imparcialidade. O que se tem, quando muito, é uma situação de enunciação em que o enunciador comporta-se como um “relator” – indiferente – que tenta parafrasear o que *o Outro disse e da forma como disse*. O reconhecimento dessas estratégias constitui, portanto, mais uma prova da importância dos estudos da Enunciação para o processo de análise e interpretação dos discursos e dos efeitos de sentido enunciado.

O conceito de enunciação tem sofrido modificações ao longo de seu desenvolvimento, paralelamente ao abandono do postulado da “imanência”, ou o estudo da língua em si mesma, para enfoques do código em funcionamento e da aceitação, cada vez maior, do extralinguístico.

### **Histórico da enunciação**

Tomado, a princípio, como um termo central em filosofia, a partir das ideias de Charles Bally (1951), o termo *enunciação* tornou-se recorrente quando relacionado a análises linguísticas, a ponto de se tornar hoje ponto central nas discussões sobre a relação entre a linguagem e o mundo.

Mikhail Bakhtin (1929/1979) considerou central para suas investigações o conceito da *dinamicidade da linguagem* e a *natureza social do processo enunciativo*, ou seja, a língua deve ser vista em situações concretas entre interlocutores. Segundo o autor, o discurso apresenta possibilidades de orientação do emissor, ora para o interlocutor, ora para os contextos e as interrelações com outras enunciações. Para Bakhtin, portanto, todo enunciado é constituído por uma pluralidade de vozes, em que forças de centralização e expansão garantem a dinamicidade dos sentidos pela interceptação das várias vozes sociais.

Jakobson (1963), também considerado precursor das questões ligadas à enunciação, ao propor sua teoria sobre as *funções da linguagem* e sobre os “*shifters*”, define-a como o próprio evento discursivo ou a atividade pela qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado. A teoria das funções da linguagem pressupõe um sujeito na atividade de fala e a total implicação entre o que ele fala e o que é falado por ele.

Para Greimas (1975), é a instância linguística que permite a passagem da organização virtual do discurso à sua realização. Ele parte da descrição da produção e da compreensão dos discursos e concebe a construção do sentido como o percurso gerador que vai do mais abstrato ao mais concreto, tendo como resultado as estruturas fundamentais, a narrativa e a discursiva.

Benveniste (1966) foi fundamental ao postular o *aparelho formal da enunciação* e ao enfatizar a presença do Eu e a intersubjetividade. Embora sua definição priorizasse o polo do enunciador, não se pode ignorar que toda a enunciação é uma coenunciação, ou que nela existe sempre a relação “Eu/Tu”, ou uma acomodação intersubjetiva.

Já Ducrot (1984), ao construir uma teoria do sentido, descreve a enunciação como o evento constituído pelo aparecimento do enunciado, mas considera-o independentemente de uma autoria. Para ele o indivíduo que produz o enunciado não é necessariamente a instância que o toma como de sua responsabilidade, instituindo-se, portanto, uma polifonia de vozes enunciativas; assim, retoma o conceito de Bakhtin, mas o reformula, numa perspectiva argumentativa.

Kerbrat-Orecchioni (1980) analisa a ambiguidade do termo *enunciação* que, segundo ela, já sofreu alguns “deslizamentos” semânticos, o que a faz considerá-la sob duas concepções: enquanto a primeira, a restrita, repousa em procedimentos linguísticos, como dêiticos modalizadores e termos avaliativos, por meio dos quais o enunciador imprime sua marca no enunciado, a segunda, a estendida, descreve a relação entre o enunciado e os diferentes elementos discursivos pertinentes a todo o quadro enunciativo.

Na perspectiva da AD francesa, o foco sobre a enunciação aparece em 1969, na Revista *Langages*, n. 13, na qual Dubois a consagrou em um artigo relativo a *enunciado* e *enunciação*, mas algumas concepções estruturalistas continuaram dominando por algum tempo e impediram o avanço de análises enunciativas.

Por sua vez, Charaudeau (1983; 2008), em uma perspectiva mais interativo-comunicacional, defende que o sentido não preexiste ao evento enunciativo, mas é constituído durante sua realização. Assim, ele define os componentes do dispositivo do ato de comunicação, englobando, no modo enunciativo, tanto a situação de comunicação, como os interagentes do processo, os modos de organização do discurso, os elementos linguísticos e o próprio texto. As entidades subjetivas têm consciência das restrições impostas pelo sistema e da margem de manobra que lhes apresenta a situação de comunicação. Desse modo, servem-se de categorias da língua para a semiotização do mundo e para compor o texto, nos modos de organização do discurso, que são dispositivos para o ato de transformação e de expressão da língua em discurso.

Dessa forma, o texto configura-se como resultado de uma *mise-en-scène* de linguagem, produzida por sujeitos em situação de interação social, que vai determinar as condições de produção e de compreensão dos diversos atos de comunicação, regidos por contratos específicos.

Numa visão do texto como discurso, parte-se aqui dos postulados da Teoria Semiolingüística, que estabelece a interrelação forma/sentido, considerando, de um lado, a materialidade lingüística como resultado de uma operação discursiva estratégica e, de outro, a construção dos sentidos como um processo que não se dá no nível do enunciado, mas sim no da enunciação, a qual imprime nele suas marcas.

Nesse processo de construção discursiva, destaca-se o modo de organização do discurso *enunciativo*, como o processo regulador em que o enunciador se posiciona em função do que ele constrói, ou seja, procede à avaliação da matéria linguística elaborada. Tal processo corresponde à modalização em sentido amplo, que visa a uma explicação do papel do enunciador, situando-o em relação a si próprio, a seu papel como produtor de sentido e a seu poder de influência sobre o interlocutor. Esse conceito fica mais claro quando tratado em uma teoria dos sujeitos, como o que foi proposto pela Semiologia. Veja-se a seguir.

### **Uma teoria dos sujeitos**

Quando se pensa em *enunciação enunciada*, reúnem-se conceitos que, nessa condição, tornam-se inseparáveis: materialidade linguística, contexto linguístico, situação de comunicação.

A *materialidade linguística* corresponde à língua natural, que, ao ser incorporada por um indivíduo, transforma-se em sons ou em sinais gráficos ordenados e regulados por regras de uma gramática. O *contexto linguístico* é tido como uma materialidade textual em que os sintagmas, reunidos, passam a construir determinados sentidos. A *situação de comunicação* remete a um lugar real e a um momento específico em que se encontram certos indivíduos pertencentes a um grupo social. Esses indivíduos, munidos de suas experiências, conhecimento de mundo e certas intenções, interagem por intermédio do discurso.

O *fenômeno da enunciação*, assim, só se realiza com a concorrência desses fatores. Dentre eles, destaca-se, especialmente, a participação de dois ou mais indivíduos, na medida em que a enunciação constitui um dado momento histórico em que os falantes produzem enunciados. Esses dois ou mais seres sociais remetem a uma teoria dos sujeitos, especificamente aqui, à Teoria dos Sujeitos na Linguagem, de Patrick Charaudeau (2008).

É importante assinalar, entretanto, que o termo *sujeito*, antes do surgimento da Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste, correspondia a uma dimensão apenas gramatical. Tanto para as teorias estruturalistas quanto para a teoria gerativa de Chomsky, o ato de linguagem se realizava a partir de um locutor-ouvinte-ideal, por meio de um processo simétrico entre um codificador e um decodificador. Jakobson (1963), por seu turno, propõe os conceitos de *emissor* e *receptor* associados, respectivamente, às funções *emotiva* e *conativa* da linguagem. Os dois conceitos constituem entidades estagnadas, restringindo-se, a primeira, a transmitir uma mensagem, e, a segunda, a receber a mensagem. Tratava-se de uma perspectiva que, embora registrasse a alteridade no evento linguístico, não considerava o processo de interação como um ato de construção em conjunto, intermediado pela língua.

Foi, então, com Benveniste (1966), que as pesquisas tomaram um novo rumo. O linguista entendeu que o falante se colocava como sujeito na linguagem e que o componente subjetivo a comandava. A enunciação, assim, passou a ocupar uma posição de maior destaque do que o enunciado, e foram dados os primeiros passos para novos estudos apoiados na oposição Eu/Tu. Para ele, a classe pronominal se dividia em dois grupos, isto é, em *pronomes da pessoa* – 1ª e 2ª: eu, tu, você; nós, vós, vocês – e em *pronomes da não pessoa* – 3ª: ele(s), ela(s). Os pronomes do primeiro grupo correspondiam aos sujeitos interlocutores; os do segundo diziam respeito aos referentes, aos seres extralinguísticos.

A partir dessa segmentação, passou-se a observar que Eu e Tu somente constituíam sentido, considerando-se a enunciação: em um dado lugar e em um dado momento, um falante, utilizando-se da língua, institui-se como Eu e institui o outro como Tu, e ambos se alternam nessas posições. Dessa forma, imagine-se a seguinte situação: seis amigas combinaram de se encontrar na biblioteca da Universidade, e uma delas chegou uma hora mais cedo. Como se cansou de esperar, deixou um bilhete sobre a mesa, com a mensagem “Eu estive aqui. Não apareceu ninguém; fui-me embora.” As duas primeiras que chegaram ao local na hora marcada, naquele momento, não souberam quem havia estado lá com tanto tempo de antecedência. A quem corresponderia o pronome Eu? Isso significa que Eu só pode ser identificado a partir da enunciação.

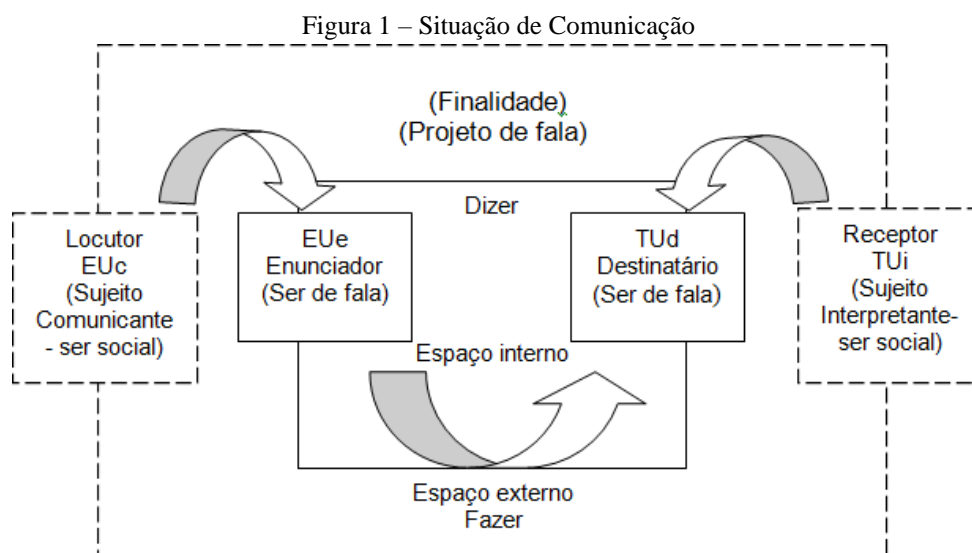
Depois de Benveniste, os sujeitos da linguagem, paulatinamente, passaram a ocupar o centro das teorias linguísticas. No que concerne à Teoria dos Sujeitos na Linguagem, de Patrick Charaudeau (op. cit), o linguista diz que não concebe um objeto de linguagem sem levar em conta sua dimensão psicossocial, suas condições de produção. Segundo ele, por mais bem elaborada que seja uma sintaxe, ela não dará conta das expectativas psicossociais geradas na realização de um ato de linguagem. Pensando dessa forma, ele propõe, no interior de sua Teoria de Análise do Discurso, uma definição dos sujeitos do ato de linguagem.

Para chegar a uma teoria dos sujeitos, Charaudeau levanta três hipóteses. Consoante à *primeira*, o *ato de linguagem* se constitui de dois circuitos indissociáveis: um externo e um interno. O *circuito externo* corresponde à instância situacional, é o lugar do *fazer*, ocupado pelos responsáveis pelo ato. O *circuito interno* concerne à instância discursiva, é o lugar do *dizer*, o qual se caracteriza como uma encenação de que tomam parte os seres da palavra.

De acordo com a *segunda* hipótese, o *ato de linguagem* tem sempre uma significação e pode ser visto como uma interação de intencionalidades. Para que as intenções tenham sucesso, a encenação do *dizer* necessitará de um conjunto de estratégias que levará em conta as determinações do quadro situacional. A *terceira* diz que o *ato de linguagem* não é

completamente consciente e que depende de um determinado número de rituais sociolinguageiros. Isso se deve ao fato de que ele é o resultado da ação de seres psicossociais que vivenciam e identificam as práticas sociais da comunidade a que pertencem.

Como resultado dessas três hipóteses, surge o quadro teórico do linguista, que pode ser representado pela seguinte imagem:



Observando-se o quadro, deve-se, em primeiro lugar, situar o termo *sujeito*, que, em sentido amplo, é definido por Charaudeau como

[...] um lugar de produção da significação linguageira, para o qual essa significação retorna a fim de constituí-lo. O sujeito não é, pois, nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro (CHARAUDEAU, 2001, p. 30).

Do ponto de vista de uma *teoria dos sujeitos* e sob a tutela da Semiolinguística do Discurso, encontram-se quatro sujeitos, diferentemente da proposta de Benveniste. São eles o *sujeito comunicante*, o *interpretante*, o *enunciador* e o *destinatário*. Esses quatro sujeitos são distribuídos em dois grupos: o dos *parceiros* e o dos *protagonistas* da interação linguageira.

Os *parceiros* – constituintes do primeiro grupo – podem ser entendidos como pessoas integradas numa relação recíproca, cada uma reconhecendo a outra como digna da relação em que se encontram. Formam, os parceiros, o *sujeito comunicante* (EUC) e o *sujeito interpretante* (TUI), ambos comprometidos em uma relação contratual cujo desafio é saber se o ato de linguagem terá ou não sucesso.



A existência da parceria, por seu turno, depende de os parceiros se reconhecerem dentro dos estatutos que eles visualizam. Assim, considerando-se um encontro entre parceiros numa festa, os estatutos serão determinados não por categorias hierarquizadas, como as profissionais, por exemplo, mas pela competência de cada um no que diz respeito ao tema de que a conversa trata – esporte, turismo, política *etc.* Isso significa que a relação contratual será estabelecida por *componentes* mais ou menos objetivos, cuja pertinência dependerá das expectativas em torno do ato linguageiro.

Esses *componentes* são o *comunicacional*, o *psicossocial* e o *intencional*. O *comunicacional* diz respeito ao quadro físico em que os parceiros se encontram, isto é, se eles estão presentes, se são únicos ou vários, se o canal utilizado é oral ou gráfico. O *psicossocial* está relacionado às características que um identifica no outro, como a idade, o sexo, a categoria socioprofissional *etc.* O *intencional* corresponde a um conhecimento prévio que os parceiros possam ter um do outro, recorrendo a saberes hipoteticamente partilhados. Esse *componente* se sustenta nas seguintes indagações: “O que está sendo colocado em questão, (...) ? De que maneira isso está sendo veiculado, ou qual será a intenção estratégica de manipulação?” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31).

O parceiro, *Sujeito comunicante* (EUC), é o responsável pelo processo de produção. Apoiando-se, sobretudo, no *componente intencional* – por meio do qual ele constrói hipóteses sobre o sujeito interpretante (TUi) –, mas também na percepção que tem do ritual linguageiro em que está inserido, ele encena o ato de *dizer*. Tem-se, nesse ponto, a atividade de fala do EUC, atividade cujo resultado se baseia nas estratégias discursivas que podem produzir determinados efeitos de discurso.

O parceiro, *Sujeito interpretante* (TUi), é o responsável pelo processo de interpretação. Fundamentando-se não só nos mesmos três *componentes* – por intermédio dos quais é levado a elaborar hipóteses sobre o EUC –, mas também na percepção do ritual linguageiro, ele forma uma interpretação, silenciosa ou expressa por alguma interação, sobre o EUC.

Vale destacar que as atividades do EUC e do TUi não são simétricas. O resultado do processo de produção pode ser identificado por meio das características da encenação do dizer registradas no texto. Já o resultado do processo de interpretação pode ser apreendido ou pelo texto de interação, isto é, pela reação do TUi diante do que diz o EUC, ou pela indagação feita pelo EUC sobre o que entendeu o TUi.

Quanto aos *protagonistas*, estes constituem o segundo grupo em que os sujeitos são distribuídos. São dois os protagonistas na interação linguageira: o *sujeito enunciatador* (EUE) e o *sujeito destinatário* (TUD). Ambos correspondem aos seres de fala da encenação do dizer,

encenação essa produzida pelo EUC e interpretada pelo TUi. Esses seres de fala apresentam diferentes comportamentos, levando em conta os papéis que os parceiros do ato de fala lhes atribuem a partir da relação contratual.

No que diz respeito ao funcionamento do ato de comunicação determinado pela relação contratual e a partir da atuação dos quatro sujeitos, observem-se as situações concretas em que algumas encenações languageiras se realizam.

O televisor de uma senhora apresentou defeito, e ela chamou um técnico. Este, depois de examinar o aparelho, disse que o conserto sairia muito caro e que valeria a pena comprar um novo. Aconselhou, à senhora, porém, que, se ela comprasse, optasse pela garantia estendida. A senhora chegou à loja e, depois de olhar os vários modelos, ligou para o técnico para lhe pedir uma orientação quanto à escolha. O técnico a orientou, mas repetiu que ela não deixasse de fazer a garantia estendida.

Considerando-se algumas possíveis respostas da senhora, ao técnico, uma primeira encenação corresponde à circunstância em que EUC (a senhora) tem a intenção de fazer a garantia. Assim, EUE (sujeito do dizer) diz que vai fazer, e TUD (sujeito ouvinte) acredita na promessa. TUi (o técnico) também acredita e entende que o efeito de seu conselho dado anteriormente (quando este ocupava a posição de EUC) fora alcançado, isto é, o objetivo de convencer a senhora a fazer o seguro realizara-se, e ele ficou bastante satisfeito.

Uma segunda encenação equivale à situação em que EUC (a senhora) não pretende fazer a garantia, mas EUE (sujeito do dizer) diz que fará (a senhora – EUC – não quer ser indelicada com o técnico), e TUD (sujeito ouvinte) crê na promessa. Ainda que TUi (o técnico) também acredite no ato prometido, o efeito que este queria produzir não se realiza. Vale dizer, o desejo do técnico (quando este estava na posição de EUC) em convencer a cliente não se concretiza, mas ele ficará contente, porque, para ele, ela seguiu seu conselho.

Uma terceira possibilidade de encenação ocorre quando EUC (a senhora) não quer fazer a garantia estendida, mas, para não desagradar o técnico (TUi), EUE (a senhora) diz, sem muita convicção, que fará. TUD (sujeito ouvinte) crê na promessa (para que TUi não seja desagradável), mas TUi (o técnico) percebe a falta de convicção da senhora e não crê nas palavras de EUE (sujeito do dizer). Neste caso, o efeito de convencimento que o técnico (na posição de EUC) pretendia provocar não foi alcançado, ou seja, a senhora não contratou o seguro, e ele, diferentemente da segunda encenação, lamentou.

Existem outras possibilidades de encenação, mas o objetivo aqui é mostrar que a interação languageira não se restringe à atuação de um emissor e um receptor. Trata-se de um processo bastante complexo, já que o “jogo” envolve quatro sujeitos e não dois. Acrescente-se

que, para que a interação se dê, é necessário que os dois parceiros (EUc e TUi) tenham uma relação contratual, e que ambos admitam a possibilidade de um *poder fazer*.

### **Enunciação enunciada**

A relação contratual se efetua por meio do balanceamento de restrições e de estratégias – consensualmente admitidas pelos sujeitos interagentes – as quais sancionam o *poder fazer*. Isso significa que determinado contrato de comunicação pressupõe determinada situação comunicativa e, nessas circunstâncias, haverá liberdades e restrições relativas à língua em si (morfossintaxe, ortografia, vocabulário *etc*) e ao comportamento linguístico (a quem se dirigir, como e quando fazê-lo *etc*). Pode-se dizer, por conseguinte, que um ato de linguagem parte da intencionalidade dos sujeitos falantes e depende da identidade desses parceiros.

Segundo a Teoria Semiolingüística, o ato de linguagem é definido como um evento de produção e interpretação, por isso está estritamente relacionado à atuação dos sujeitos envolvidos. Sua significação depende das expectativas e saberes próprios dos sujeitos, o que configura cada ato de linguagem como particular. Nesse sentido, Charaudeau (2008, p. 33) afirma que o signo linguístico não tem autonomia em termos de sentido. Ele ganha significação em cada ato de linguagem específico, de acordo com as expectativas particulares dos sujeitos participantes.

Essa especificidade de cada ato de linguagem se explica pelo fato de que os sujeitos interpretantes criam hipóteses para as circunstâncias languageiras. Segundo o autor:

[...] para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre (i) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados; (iii) e também sobre seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário, lembrando que toda interpretação é uma suposição de intenção. (*op. cit.*, p. 31).

Para proceder à interpretação, não é suficiente ater-se ao conteúdo, ou aos sujeitos, somente, mas também atentar aos meios, pois, se o aspecto linguístico (modalização, escolha lexical *etc.*) interfere na transmissão da informação, os meios discursivos interferem na própria construção dos sentidos, já que são diretamente ligados à intenção do falante. Por outro lado, pode-se dizer que um texto é portador de sentido, mesmo considerado à parte das suas condições de produção. Trata-se, no entanto, de um sentido aberto e transparente. Já o texto considerado sob certas circunstâncias apresenta sentidos organizados e filtrados pelo projeto de fala do sujeito que o produziu (CHARAUDEAU, 1995).

Os sujeitos do ato de comunicação envolvem-se nesse processo de construção do sentido. O *sujeito comunicante* – agora considerado *enunciador* – deve atuar de forma a reunir palavras segundo seus significados e suas regras de combinação, em um movimento centrípeto, para constituir um sentido textual que se pode denominar *literal*, um *sentido de língua* (medido segundo critérios de *coesão*). A seguir, e tomando por base a própria *intenção* quanto ao texto, promove um *deslizamento de sentido*, em um movimento centrífugo, para alcançar um *sentido de discurso* (medido segundo critérios de *coerência*).

Por outro lado, o *sujeito interpretante* – agora considerado *destinatário* – precisa realizar o caminho inverso: partir das palavras dadas e reconhecer-lhes as instruções de sentido, em um cálculo de probabilidade – tarefa denominada *compreensão*<sup>6</sup>.

Em seguida, deverá reconstruir um sentido indireto, implícito, em um cálculo de plausibilidade, por ter em conta outros textos que circulam na sociedade. Essa é uma operação de ordem inferencial, que permite reconstruir o sentido de discurso – tarefa denominada *interpretação*. Ambos os sujeitos atuam, de modo que o processo de comunicação não é um construto individual, mas um ato de co-construção do sentido.

Destaca-se, por conseguinte, que, em uma análise semiolinguística, “sentido de língua” não é o mesmo que “sentido de discurso”, assim como “compreender” não é o mesmo que “interpretar”. O “sentido de língua” constrói uma visão simbolizada e essencialmente referencial do mundo; o “de discurso”, por sua vez, contribui com uma proposição de sentido, uma espécie de sentido potencial, o qual será articulado a partir da relação com outros signos e com a própria situação contratual. O ato de “compreender”, portanto, situa-se em um primeiro patamar – o da simples decodificação referencial das palavras, ao passo que o “ato de interpretar” ultrapassa essa etapa inicial e se projeta para o domínio das inferências, intertextualidades e da situação contratual.

Dessa forma, observam-se variáveis que contribuem para a construção do sentido de um texto. O caminho percorrido pelo sujeito, na tentativa de interpretar um texto, envolve, assim, vários aspectos, dentre os quais emerge uma constatação fundamental: busca-se, nos enunciados, um sentido que não se restringe ao significado dos vocábulos ou das combinações entre eles, mas, principalmente, o sentido *comunicativo e social*. Por consequência, vê-se que o destinatário procede, inicialmente, a uma compreensão do sentido linguístico e, posteriormente, a uma interpretação do sentido discursivo.

---

<sup>6</sup> O termo *compreensão* pode ser tomado em sentido *lato* – “significando o conjunto do processo cognitivo ao qual se entrega o sujeito que se acha face a um texto” – ou em sentido *stricto* – significando parte desse processo: “consiste em reconhecer, apenas, o sentido de língua” (CHARAUDEAU, 2008).

Para exemplificar esse processo de construção de sentido, veja-se o seguinte texto, extraído do “Museu de Memes” da UFF.

Figura 2



Fonte: [www.museudememes.com.br/sermons/japones-da-federal/](http://www.museudememes.com.br/sermons/japones-da-federal/).

Acesso em: 04 ago. 2019.

Um primeiro olhar para esse texto verbo-visual remete a um singelo anúncio de um determinado chocolate: “Chocolate surpresa”, que pode se transformar em “A novidade das suas manhãs”. Nesse patamar, lidamos com o conteúdo referencial das palavras (*sentido de língua*), que permite a simples *compreensão* delas. Mas isso não é suficiente para que alcancemos a intencionalidade do produtor da mensagem. Um olhar mais aguçado revelará pistas, indícios, relacionados ao nosso conhecimento de mundo, que nos levam a outro patamar (*sentido de discurso*): reconhecemos o japonês da Polícia Federal, que sempre participava dos mandados judiciais de busca e apreensão na casa de envolvidos em processos da Operação Lava-Jato; a palavra “surpresa”, que, à primeira vista, remete apenas ao nome do chocolate (até pela similaridade visual com os da tradicional marca Nestlé), ganha novo significado, neste contexto, pois é bem cedo, de manhãzinha, que as buscas policiais surpreendem os envolvidos. O logo do PT, à direita, complementa o processo de construção de sentido, pelas inferências que sugere. A partir daí, chega-se à *interpretação* da mensagem, sobrepondo-se ao sentido de língua o sentido de discurso.

Charaudeau (2005) chama *semiotização do mundo* ao processo de construção do sentido, considerado a partir de aspectos psicossociais e linguageiros. A *semiotização* leva em conta a ocorrência de dois processos: o primeiro seria a tomada do mundo real e a sua *transformação* em um mundo representado, por parte do sujeito falante, e o segundo seria a *transação*, por parte do destinatário, o qual tomaria esse mundo, já significado, e o converteria em “objeto de troca”. O *processo de transformação* compõe-se de quatro operações: *identificação, qualificação, ação e causação*.

Na *identificação*, o sujeito apreende os seres do mundo, conceitua-os e os transforma em *identidades nominais* para, assim, poder falar sobre eles; na *qualificação*, os seres do mundo

são transformados em *identidades descritivas* em decorrência de uma operação que os qualifica em função de suas especificidades; na *ação*, os seres do mundo são transformados em *identidades narrativas*, pois é necessário descrever as ações nas quais se envolvem e, finalmente, na *causação*, os seres agem ou sofrem ações determinadas por diversas causas, portanto, é preciso explicitar essas relações de causalidade para entender a sucessão de fatos do mundo.

O *processo de transação* também obedece a quatro princípios: o de *alteridade*, o de *pertinência*, o de *influência* e o de *regulação*. O princípio de *alteridade* pressupõe a existência de um sujeito produtor e de um sujeito receptor do ato de linguagem e responde pela característica contratual de todo ato de comunicação, uma vez que, para que se realize, é imprescindível que haja uma interação entre dois parceiros que se reconheçam como tais. O princípio de *pertinência* vincula-se ao conjunto dos saberes implicados no ato de linguagem e determina que todos os atos de linguagem sejam apropriados ao seu contexto e finalidade.

O princípio de *influência* e o de *regulação* estão intimamente relacionados. O primeiro aponta para o fato de que todo ato de linguagem apoia-se em uma finalidade, em uma dada intencionalidade, que se configura pelo desejo de persuadir o outro a compartilhar tal projeto de fala. O segundo caracteriza a possibilidade de uma contra-influência por parte dos parceiros envolvidos na troca comunicativa, correspondendo a um conjunto de estratégias que assegura as condições mínimas para que a interação se mantenha e não se desfaça abruptamente.

Ainda que constituídos por princípios diferentes, os dois processos são solidários um ao outro e se realizam em conjunto. Pode-se afirmar, entretanto, que há certa subordinação das operações de *transformação* aos princípios do processo de *transação*, já que são estes que orientam o propósito comunicativo e o sentido daquelas. Há uma *liberdade vigiada* no processo de transação, que regula as operações do processo de transformação, de modo que elas não são feitas livremente. Isso porque o processo de transação é o responsável por conferir uma orientação comunicativa, ou seja, um sentido, às operações do processo de transformação.

### **Os modos de organização do discurso**

A materialidade do texto, portanto, submete-se a várias coerções impostas pelo contrato comunicativo no qual está imersa. Não se pode dizer qualquer coisa de qualquer modo: é sempre necessário saber *como* dizer não só para comunicar com clareza uma ideia, mas também para provocar no interlocutor a reação prevista pelo produtor. Se há um vasto repertório lexical e estrutural que dá corpo ao processo de *transformação*, há também certos procedimentos que

devem se ajustar a uma intencionalidade pressuposta e aos meios de expressão disseminados socialmente para fazer valer o processo de *transação* entre os sujeitos.

Segundo Charaudeau (2008), esses procedimentos podem ser agrupados em quatro *modos de organização do discurso*, cada um com uma função de base específica e filiado a princípios de organização: o enunciativo, que posiciona o locutor em relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros (e que comanda os outros modos, não podendo se dissociar deles); o descritivo, que identifica e qualifica os seres; o narrativo, que constrói a sucessão das ações de uma história no tempo; e o argumentativo, que expõe e prova causalidades, numa visada racionalizante, para influenciar o interlocutor. Esses modos encontram-se misturados nos atos comunicativos em geral, embora o enunciativo esteja sempre presente e um dos demais (descritivo, narrativo e argumentativo) possa prevalecer sobre os outros.

No *modo de organização enunciativo*, observa-se como são apresentados os protagonistas do ato de fala, isto é, *os seres de fala*, inscritos no enunciado por meio da construção do *aparelho enunciativo*. O modo enunciativo deve ser visto como uma *categoria de discurso* “que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 81). É por meio dos recursos do modo enunciativo que o interlocutor percebe como o produtor se posiciona, ou se está implicado no ato. Quando o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, diz-se que adotou um comportamento *elocutivo*; quando impõe ao interlocutor uma reação, o comportamento é visto como *alocutivo* e quando o produtor age apenas como testemunha, apagando-se do seu ato de enunciação e não implicando o interlocutor, o comportamento é tomado como *delocutivo*. Em certa medida, o modo enunciativo engloba e amplia aquilo que já descrevera Benveniste, revelando o posicionamento mais subjetivo do locutor (1ª pessoa, engajando o locutor naquilo que diz, na *elocução*), mais objetivo (3ª pessoa, designando os *referentes*, na *delocução*), ou ainda injuntivo (2ª pessoa, implicando o interlocutor, na *alocução*). Para além do sistema pronominal, há itens linguísticos favoráveis para a expressão do posicionamento do locutor na enunciação, constituindo o “aparelho formal da enunciação”: são, por exemplo, as formas lexicais e sintáticas da interrogação, o imperativo, o vocativo, os modos verbais, os advérbios.

Ainda retomando Benveniste, a subjetividade e a objetividade na linguagem também se revelam no emprego dos tempos verbais, que caracterizam dois planos de enunciação: o *discurso* e a *história*. No *plano do discurso*, o tempo característico é o presente, utilizado pelo indivíduo que se “apropria” da língua, instaurando-se como “eu” em relação a um “tu”, “aqui” e “agora”. A partir desse presente ligado à enunciação, refere-se a um futuro e a um passado. Já no *plano da história*, há o relato de eventos passados, sem necessariamente o envolvimento

do locutor, em que predominam os tempos do pretérito perfeito, mais-que-perfeito e o futuro do pretérito, e os pronomes de não-pessoa. Esses são aspectos que comprovam a relação inextricável entre forma e sentido, ou, em outras palavras, o valor discursivo impregnado nas formas linguísticas quando *enunciadas*.

Em relação aos tempos verbais, a Semiologia mostra que, nos modos de organização do discurso próprios da *encenação discursiva*, há uma recorrência de emprego que os caracteriza: nos modos descritivo e argumentativo, há predominância do emprego do tempo presente; já no modo narrativo, do passado. O modo descritivo apresenta o mundo em perspectiva, orientado por uma “subjetividade partilhada”. Não há compromisso com a sucessão dos fatos – como no narrativo –, então descrever é uma atitude “atemporal”, marcada por um tempo presente que pode expressar uma “verdade permanente”. O modo descritivo se volta para a nomeação, qualificação e localização dos seres do mundo, ou ainda para a exposição de noções e definições. Já o modo narrativo e o argumentativo, cujas finalidades precípua são *contar ações sucessivas encadeadas progressivamente e expressar uma convicção ou uma explicação para persuadir o interlocutor*, respectivamente, só têm sentido em função do descritivo com o qual se combinam.

Descrever é um dos procedimentos utilizados na *mise-en-scène* discursiva e, embora distinto, se combina com narrar e argumentar: “consiste em ver o mundo com um ‘olhar parado’ que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam” (CHARAUDEAU, 2008, p. 111). Na encenação descritiva, o sujeito falante se torna um descritor, que pode intervir de maneira explícita ou não e planejar efeitos. Nomear e qualificar são componentes autônomos e indissociáveis do modo de organização descritivo. Nomear é dar existência a um ser por meio da percepção de uma diferença na continuidade do universo e, simultaneamente, por meio da relação dessa diferença a uma semelhança, constituindo o princípio da classificação, sob a responsabilidade de um sujeito que constrói e estrutura a visão do mundo. Em outras palavras, nomear “é o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los” (CHARAUDEAU, 2008, p. 112). A identificação dos seres do mundo ocorre de acordo com códigos sociais e pode ser coagida pela finalidade das situações de comunicação nas quais se inscreve, e é relativizada por decisão do sujeito descritor.

Já para qualificar, os adjetivos, semanticamente dependentes dos nomes, descrevem características particularizantes, as *qualidades* (que podem ser essenciais ou acidentais, subjetivas ou objetivas) representam substâncias semânticas e criam subconjuntos de seres (“filme *romântico*”). A estruturação semântica das propriedades é mais aberta e mais



dependente das apreciações dos sujeitos do que a dos nomes, o que dificulta sua tipificação, mas é possível identificar dois domínios de base – o domínio da percepção física, no espaço e no tempo, e o domínio dos julgamentos. Torna-se, assim, também possível determinar alguns traços fundamentais, ou em virtude de sua natureza objetiva, quando a apreciação é partilhada por largo consenso social; ou subjetiva, quando a apreciação é facilmente contestada e depende do ponto de vista do sujeito falante, sempre dentro de um quadro contextual e de uma situação precisa.

Como é possível perceber, os procedimentos da *mise-en-scène* descritiva coincidem com aqueles descritos pela Linguística de Texto no processo de *referenciação*, seja na construção, seja na reconstrução dos *objetos de discurso*. As formas de referenciação são escolhidas pelo sujeito falante em interação com outros sujeitos de acordo com seu projeto de dizer e com a percepção de mundo que comungam. Sobre o emprego de descrições nominais, própria para a identificação e para a qualificação dos seres e das coisas, Koch afirma:

Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem, isto é, a vê-lo sob um determinado prisma, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido... (KOCH, 2005, p. 36).

Em outras palavras, a identificação e a qualificação do referente ocorrem de acordo com uma perspectiva reconhecível e axiológica. A entrada e a retomada de um objeto de discurso em um texto constituem, por si sós, um procedimento que, ao descrever, avalia o que é descrito e revela um posicionamento. De maneira complementar, o modo narrativo, diferentemente de mostrar e reconhecer os seres e as coisas, como faz o descritivo, leva o interlocutor a descobrir um mundo a partir de ações que se influenciam e se transformam. Segundo Charaudeau (2008), o sujeito descritor organiza o mundo de maneira taxionômica, descontínua e aberta e se diferencia do sujeito narrador porque este organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, testemunhando o vivido (mesmo que ficcional), ou seja, a transformação dos seres como efeito de seus atos.

No modo narrativo, a encenação constrói um universo sob a responsabilidade de um sujeito narrante que age sob o pretexto de uma organização lógico-narrativa, de acordo com um contrato de comunicação e com um sujeito destinatário. Compõem a lógica narrativa os actantes, os processos e as sequências, que integram actantes e processos numa finalidade narrativa. O dispositivo da encenação narrativa conta com um espaço externo, em que agem os

parceiros da troca linguageira (autor e leitor “reais”), e um espaço interno, em que se encontram os sujeitos da narrativa: o narrador e o leitor-destinatário. Para exemplificar os dois modos de organização do discurso, observe-se o seguinte meme:

Figura 3



Fonte: [fb.com/letronomia/photos/a.1035935616482977/1035933813149824/?type=1&theater](https://www.facebook.com/letronomia/photos/a.1035935616482977/1035933813149824/?type=1&theater).

Acesso em: 04 ago. 2019.

No meme acima<sup>7</sup>, o homem ali figurado é descrito pelo nome “Saussure”. Seu bigode e vestimenta corroboram a descrição, por sabermos, em função do conhecimento partilhado, que o “pai da Linguística” viveu há mais de um século. Um diálogo entre essa personagem e outra (actantes) permite configurar uma encenação narrativa – embora o sujeito narrante esteja palidamente indicado na fala “Mas Saussure, não podemos escrever isso”. A delocução é empregada nas falas de Saussure: “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa” e em “Um signo é aquilo que os outros signos não são”. O tempo presente é próprio do comentário, da exposição de ideias, do *plano do discurso* de que tratava Benveniste, que, no meme, se aloja na breve narrativa, que pertence ao *plano da história*. A alocação se mostra na ordem do mestre, ao implicar o interlocutor em uma ordem: “Então escreve aí”. Ao substituir o *objeto de discurso* “coisa” por “signo”, o enunciador alterna um tom reconhecidamente relaxado por outro, com ares científicos de definição, causando um efeito de humor.

Pela análise em apreço, atesta-se, inevitavelmente, que a emergência do conceito “enunciação enunciada” deixa evidente o compromisso de se pôr em questão, no bojo dos

---

<sup>7</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/linguisticadepressao/>. Meme feito pelo Matheus Lima (@lim1nha) para garantir a presença da Linguística na onda de memes de grandes pensadores.

estudos linguísticos, o *predomínio da estrutura* e a *imposição do enunciado*. Sob a dimensão de uma “enunciação enunciada”, precipita-se um modelo de análise linguística cuja preocupação reside em tratar a linguagem no âmbito do social, não no sentido de concebê-la meramente como uma ferramenta de comunicação, mas no de considerar que o social ou o discursivo a instancia. Em outros termos, se há uma materialidade/estrutura linguística (“enunciada/enunciado”), esta ganha existência a partir dos aspectos sociais, em sentido amplo, que a integram (“enunciação”). Desse modo, pretender analisar a face “enunciada” do ato de linguagem é, inevitavelmente, penetrar nas situações históricas determinadas por sujeitos concretos (“enunciações”).

Sob a orientação da Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, o exame de uma “enunciação enunciada” deixa entrever que *categorias de língua* e *categorias de discurso* estão em constante intercâmbio no sentido de que, se aquelas possibilitam a construção do *acontecimento discursivo*, estas emergem nas *categorias de língua*. Há assim um ponto de convergência em todo *ato de linguagem* entre o *situacional* (concernente aos fatores contratuais *identidade, finalidade, propósito tematizante e circunstâncias materiais*), o *semântico-discursivo* (relativo a *saberes e modos de organização do discurso*) e o *formal* (atinentes à *estruturação textual, construção gramatical e emprego lexical*), gerenciada por sujeitos dotados de *intencionalidade*.

Para refletir, uma vez mais, acerca do entrelaçamento entre os *níveis situacional, semântico-discursivo e semi linguístico*, será trilhado agora um caminho entre *restrições situacionais* previstas e sua *configuração textual* – do ponto de vista da gramática, do léxico e da textualidade (coesão e coerência) – relativamente ao modo *argumentativo* de organização do discurso. O entrelaçamento entre a materialidade do texto e as coerções impostas pelo contrato comunicativo no qual se insere propõe que se assumam a *argumentação*, antes de tudo, como uma *prática social*. Assumindo-a assim, faz-se necessário especificar as *condições de enunciação*, os *jogos de manipulação* operados pelos parceiros em interação e as *categorias* que os formalizam. Tal reflexão explicita uma articulação entre princípios da Teoria Semi linguística de Análise do Discurso e da Linguística Textual.

O argumentativo constitui-se como um processo de apreensão do real pautado em certas *operações do pensamento*, que se destinam a uma *apresentação* das multifacetadas experiências humanas. Nisso distingue-se do narrativo, como já antes visto, cuja apreensão desse mesmo real dá-se por uma certa *representação* da experiência do mundo.

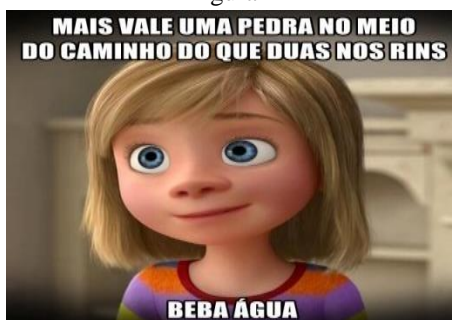
No âmbito da Análise do Discurso, a investigação do argumentativo já não considera mais a descoberta dessa *apresentação* de uma verdade, mas sim a de *jogos de apresentação*

dessa verdade instaurados por *operações de pensamento* que levam a um *crer* ou *fazer crer*. Nesse sentido, os jogos argumentativos particularizam-se por serem *impositivos*, obrigando o outro a entrar em um modo de pensamento e a avaliar em função do ponto de vista imposto. Para a compreensão desse funcionamento da dinâmica argumentativa, Charaudeau (2016) discorre sobre *componentes e procedimentos* próprios desse modo de organização do discurso.

Considerando os *componentes* indispensáveis ao modo argumentativo de organização do discurso, o *sujeito argumentante*, sob *restrições situacionais e manobras estratégicas*, estabelece frente ao *sujeito alvo*: (i) do que trata o texto, em termos de uma *proposta* que se problematiza, (ii) qual a posição adotada, relativamente à *proposição* em que se engaja e (iii) qual é a força da argumentação, em relação às *provas* assumidas para justificar o posicionamento adotado frente à proposta dada.

Para ilustrar o quadro dos *componentes* do modo argumentativo, observe-se mais um meme:

Figura 4



Fonte: <https://pt.dopl3r.com/memes/engra%C3%A7ado/mais-vale-uma-pedra-no-meio-do-caminho-do-que-duas-nos-rins-beba-agua/195434>.

Acesso em: 04 ago. 2019.

O ato argumentativo em questão se valida em conformidade com a situação comunicativa em que é gerado. Trata-se, neste caso, de um dito cristalizado: “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”, que, retextualizado por substituição, ainda se apropria da célebre construção: “uma pedra no meio do caminho”: “Mais vale uma pedra no meio do caminho do que duas nos rins”. Além disso, por obra da retextualização por acréscimo, é assim finalizado: “Beba água”. Tal dito reenunciado, por estar sobredeterminado pelo contrato comunicativo do meme – gênero digital emergente de grande força expressiva e alta circulação comunicacional –, será interpretado como um texto argumentativo cujas características centrais são a partilha incessante de um ponto de vista, a reapropriação cultural e o humor. Esses efeitos semânticos advêm de construções empregadas em coerência com a situação comunicativa em

cena, como veremos a seguir, atestando-se, dessa forma, que as características linguísticas respondem a “lances” situacionais. Vale ressaltar que esse mesmo enunciado, sob outros “jogos” contextuais, será validado de modo diverso.

O sujeito argumentante do meme – voz anônima praticada no universo digital – apropria-se da afirmação já bastante difundida de que “Beber água é necessário na prevenção a problemas de saúde” – tomada como *proposta* legítima – para posicionar-se a favor desse domínio temático, sob a *proposição*: “Beba água”. Estrategicamente, em termos de *modalização enunciativa (nível discursivo)*, usa a forma imperativa (“Beba”) – no âmbito do aparelho formal da enunciação – para enredar o interlocutor (*comportamento alocutivo*), tornando-o cúmplice, representado pela figura da menina cujos olhos revelam aquele que recebe uma lição.

Inseridas num quadro de questionamento, *proposta* e *proposição*, por não constituírem o todo do ato argumentativo, comprovam-se por meio de um *argumento*: “Mais vale uma pedra no meio do caminho do que duas nos rins”.

O exame desse *argumento*, segundo seu modo de apresentação, permite, com Charaudeau (2016), que se trate de alguns *procedimentos* típicos do modo argumentativo, ligados a dois fatores de interesse nesta análise: o *modo de raciocínio* – que diz respeito à relação de causalidade entre argumento e contexto e à sua força de ligação (da ordem do possível, do provável, do necessário e do inevitável) – e *tipo de saber* – que concerne à *força axiológica* do argumento diante do destinatário, “fiadora” do raciocínio antes estabelecido. Quanto aos tipos de saber – compreendidos como representações sociais que circulam discursivamente entre membros de uma comunidade –, Charaudeau (2004) propõe categorizá-los como saberes de conhecimento e de crença. Os primeiros correspondem a percepções e definições mais ou menos objetivas de mundo e os segundos, a sistemas de valores mais ou menos normatizados, podendo ser especificados em diversas áreas de valor, como as: do ético, do estético, do hedônico e do pragmático.

Reconhecem-se, em nível discursivo, dois *modos de raciocínio* no ato argumentativo sob exame, cuja força de ligação é da ordem do *necessário*: (i) *por dedução*, que responde à questão – Por que beber água é necessário à garantia da vida saudável? Porque mais vale uma pedra no meio do caminho (parar para beber água) do que duas nos rins (contração de cálculo renal); (ii) *por analogia*, que compara, por dessemelhança, as vantagens de se ter apenas **uma** pedra no **caminho** (fora do corpo) às desvantagens de se ter **duas** nos **rins** (dentro do corpo).

Em dimensão microestrutural, esses *modos de raciocínio* são engendrados por *modos de encadeamento*, no escopo dos procedimentos da *mise-en-scène* argumentativa, que

coincidem com os descritos por Ducrot, em sua Semântica da Enunciação, como *operadores argumentativos*. O termo *operador argumentativo* foi cunhado pelo teórico para designar elementos cuja função é a de indicar ou mostrar a *força* e a *orientação argumentativa* dos enunciados, comprovando que a *argumentatividade* está inscrita na própria língua.

Implicitamente, destaca-se do ato argumentativo sob exame a presença de um *operador argumentativo* do tipo que introduz conclusão relativamente a argumento anteriormente apresentado. Assim, é que se pode parafrasear o argumento dado, em sua relação com a tese, da seguinte forma: “Mais vale uma pedra no caminho do que duas nos rins; **portanto**, beba água”. É sabido que quando a proposição/tese pospõe-se ao argumento é possível apreciar, antes dela, um articulador conclusivo subentendido. Além disso, novo exercício de paráfrase possibilita reescrever o ato argumentativo explicitando operador argumentativo que introduz justificativa relativamente a enunciado dado: “Beba água, **porque** mais vale uma pedra no caminho do que duas nos rins”. Ainda segundo Charaudeau (2008), enunciados introduzidos por conjunções como “portanto” e “porque” inscrevem-se, de igual maneira, numa relação de *causalidade implicativa*.

Já em observância ao argumento propriamente dito, constata-se o emprego de *operador argumentativo* que estabelece comparação – **mais... (do) que** – entre elementos (“uma pedra no caminho”/“duas nos rins”) objetivando uma determinada conclusão: “Beba água” e produzindo certo *efeito pedagógico* sobre o destinatário.

Também em nível discursivo, verifica-se que o argumento em foco repousa sobre um saber de crença identificado ao domínio do *Pragmático*. Isso significa dizer que tal argumento apoia-se, particularmente, no que é da ordem do *útil* e do *eficaz*, dependente de um cálculo e considerado, portanto, como causa (“Não ter pedra nos rins”) de uma consequência, por vezes, desagradável (“Beber água”). Esse efeito insurge-se como uma norma – fundada em experiência que se apoia na eficácia da ação – cujo valor semântico apela para a *prudência*: “Mais vale uma pedra no meio do caminho do que duas nos rins”, atravessada, nesse caso, pelo humor.

E esse apelo à prudência ecoa – em resposta ao contrato comunicativo que está na base da situação comunicativa em jogo – saber de crença, justamente por materializar, via reapropriação cultural, lição extraída do rifão: “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”. Mas não o faz sem que se deixe atravessar pelo tom humorístico da recriação cultural que aciona a passagem do sentido metafórico do termo “pedra” (“obstáculo”/“entreve”) ao seu sentido literal (“mineral”). São esses efeitos sociodiscursivos advindos da estratégica recriação

de dito cristalizado que parecem dar o golpe final no destinatário na tentativa de influenciá-lo nessa *mise-en-scène* argumentativa.

### **Considerações finais**

Na conclusão da obra *L'Énociation: de la subjectivité dans le langage*, Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980) compara o funcionamento enunciativo e ideológico dos *enunciados* às bonecas russas, explicando que sua exploração jamais cessa. À face visível das *matrioskas*, superpõem-se outras, ocultas, a exercer uma espécie de fascínio sobre aquele que se coloca na busca por descortiná-las.

Na Linguística contemporânea, tal fascínio instala-se na ação de, debruçando-se sobre *enunciados*, desejar-se explorar as *enunciações* que os instanciam. Esse desejo conduziu a confecção deste capítulo cujo centro repousa sobre o conceito de “*enunciação enunciada*” e se dispersa na direção de uma materialidade textual/linguística (*enunciada*) sobredeterminada por contexto sócio-discursivo e situação psico-histórica, atinentes à *enunciação*.

Pela concorrência desses dois fatores (contexto e situação), considerou-se o *fenômeno da enunciação*, tratando-se, especialmente, da relação contratual estabelecida entre interagentes, dotados de intencionalidades, produtores de *enunciados*. Desse tratamento, destaca-se que a materialidade do texto resulta das várias coerções (restrições) impostas pelo contrato comunicativo em que está inserida e possibilidades de manobra (estratégias) delineadas por um projeto de dizer do sujeito locutor.

Mais precisamente, sob a tutela da Teoria Semiolinguística do Discurso, foram analisados procedimentos descritivos, narrativos e argumentativos para pensar no ajustamento entre intencionalidades pressupostas (*enunciação*) e meios de expressão disseminados socialmente (*enunciados*). Assim, foi possível vislumbrar que o exame de uma *enunciação enunciada* faz mesmo entrever o constante intercâmbio entre categorias de discurso e de língua.

Essa convergência foi examinada, neste capítulo, por exemplo, relativamente à articulação entre os procedimentos do modo descritivo de organização do discurso e os processos de referenciação, como também entre os componentes do argumentativo e os modos de encadeamento materializados por operadores argumentativos. Tais apreciações foram feitas sobre textos filiados ao contrato comunicativo vigente para o gênero meme.

Do caminho teórico às vias das análises empreendidas, confirmou-se, neste capítulo, o inevitável percurso de exploração do funcionamento discursivo – enunciativo e ideológico – dos enunciados, percurso somente possível diante de um olhar sobre uma *enunciação enunciada*.

## Referências

ADAM, J. M. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

BALLY, C. **Traité de stilistique française**. Genève: George & Cie, 1951.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1929/1979.

BENVENISTE, E. **Problème de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1966.

CHARAUDEAU, P. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: **Anais do I Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso**. Rio de Janeiro: CIAD - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H et alii. **Análise do Discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELO, R. de (Orgs.). **Gêneros**: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. A argumentação em uma problemática da influência. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.

GREIMAS, A. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Paris: Minuit, 1963.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation. De la subjectivité dans le langage**. Paris: A. Colin, 1980.

KOCH, I. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.